



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
7º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 29.03.2015**

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 – Discorra sobre os limites ao poder constituinte derivado decorrente dos Estados-membros. (50 pontos)
- 2 – É cabível Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra: (a) súmula vinculante? (b) ato do Poder Público que descumpra súmula vinculante? Fundamente. (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 – O Estado do Rio de Janeiro contrata particular, depois de realizada licitação regular com base na Lei nº 8.666/93, para a reforma de escola pública estadual. Durante a execução do contrato, foi constatada a necessidade de alteração do objeto. Desse modo, foi modificada a técnica de restauração do prédio, com a substituição de fundação em concreto por vigas metálicas. Considerando a hipótese acima, responda justificadamente:
- a) qual a natureza jurídica das alterações contratuais pretendidas pela Administração? (15 pontos)
- b) quais os limites legais para as aludidas alterações? (30 pontos)
- c) tais alterações podem ser promovidas unilateralmente pela Administração Pública? (15 pontos)
- 2 – É possível que a Administração aplique retroativamente uma nova interpretação sobre uma questão jurídica? Responda justificadamente. (40 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 – Em matéria de direito intertemporal, qual a lei aplicável à admissibilidade dos recursos? (50 pontos)
- 2 – Determinado servidor público passa à inatividade com diversos períodos de férias não gozados, e, por isso, pretende cobrar em juízo indenização pelo equivalente pecuniário. Considerando que o valor global correspondente a tais períodos ultrapassaria a alçada dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, seu advogado opta por ajuizar diversas demandas indenizatórias, sendo uma para cada período de férias não gozado. Comente a estratégia processual adotada à luz do acesso à justiça, da ética processual e do regime de pagamento de débitos da Fazenda Pública. (50 pontos)